

# Câmara Municipal de Birigüi

Estado de São Paulo

#### SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 71/25

DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 3° DA LEI N° 6.487 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2.017 – "DISPÕE SOBRE O TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS EM VEÍCULOS AUTOMOTORES – TÁXI NO MUNICÍPIO DE BIRIGUI".

#### A CÂMARA MUNICIPAL DE BIRIGUI DECRETA:

Art. 1° - O artigo 3° da Lei n° 6.487 de 7 de dezembro de 2.017, passa a vigorar com a seguinte redação.

"Artigo 3° - O serviço de táxi poderá ser explorado por pessoa física, motorista profissional autônomo, residente no Município e por pessoa jurídica, constituída sob a forma de empresa comercial, para a execução daquele serviço e será executado sob o regime de autorização;

§ 1°. O motorista profissional autônomo e a pessoa jurídica somente poderão explorar no serviço 01 (um) veículo para cada licença.

§2°. A pessoa jurídica que pretender a autorização deverá promover, preliminarmente, sua inscrição no







### Câmara Municipal de Birigüi

Estado de São Paulo

Cadastro Municipal de Empresas de Táxis, satisfazendo as seguintes exigências:

I - Estar legalmente constituída, sob a forma de empresa comercial;

II - Dispor de sede e escritório no Município;

III - Apresentar folha corrida de antecedentes criminais, relativamente a cada um dos sócios e, no caso de sociedade anônima, apenas dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal.

§3°. No caso do item III do parágrafo segundo, será negada inscrição, se constar condenação:

a) por crime doloso;

b) por crime culposo, se reincidente, num período de 3 (três) anos".

 $\mbox{Artigo $2^\circ$ - Esta Resolução entrará em vigor na} \label{eq:contrara}$  data de sua publicação.

Câmara Municipal de Birigui, Aos 23 de julho de 2025.



REGINALDO FERNANDO PEREIRA, VEREADOR.



## Câmara Municipal de Birigüi

Estado de São Paulo

#### JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente; Senhores Vereadores;

Visando atender uma necessidade dos profissionais desta classe, entende-se necessária a mudança do art. 3°, da Lei n° 6.487/2017, visto que não consta a previsão de exploração dos serviços de táxis na modalidade pessoa jurídica.

Por isso, acrescenta-se à Lei essa previsão, desde que as empresas cumpram os requisitos estabelecidos na própria Lei e demais regulamentações sobre o tema.

Colocada esta questão em pauta, solicitamos aos Nobres Pares que ofereçam sua contribuição para o aperfeiçoamento da matéria e o seu voto favorável ao final.

> Câmara Municipal de Birigui, Aos 23 de julho de 2025.



REGINALDO FERNANDO PEREIRA
VEREADOR